

Eixo Capital



PABLO GIOVANNI — INTERINO
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

Enfim, VLT pode sair do papel

O governo do Distrito Federal pretende avançar com a proposta de implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para conectar Brasília a Luziânia. O projeto, apresentado recentemente por engenheiros da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), tem um custo estimado de R\$ 500 milhões e é considerado viável pelo Palácio do Buriti. O projeto da CBTU, vinculada ao Ministério das Cidades, visa melhorar a mobilidade dos usuários do transporte público, com uma tarifa de R\$ 6 e tempo de percurso de até 90 minutos. À coluna, integrantes do governo destacam que apoiam a proposta, mas que o Executivo local não pode arcar sozinho com os custos. A intenção



é dividir os investimentos igualmente com o governo de Goiás. As negociações entre os dois estados estão em andamento, mas a conclusão do acordo é complexa.

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Foco na saúde mental dos bombeiros

Levantamento recente do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) destaca que a corporação conta, atualmente, com apenas sete médicos psiquiatras efetivos para atender uma tropa de 6.245 militares. O dado, obtido pela coluna via Lei de Acesso à Informação (LAI), evidencia um desafio significativo para a saúde mental dos bombeiros. Além dos sete psiquiatras em exercício, outros quatro profissionais estão em fase de conclusão do curso de habilitação de oficiais e, em breve, poderão integrar a equipe. Contudo, mesmo com a adição desses novos psiquiatras, o número total chegará a 11, resultando em um psiquiatra para cada 568 bombeiros.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Combate à violência contra a mulher

Na última sessão antes do recesso, os distritais aprovaram um projeto de lei da deputada Dayse Amarílio (PSB) que institui no DF o Programa "Banco Vermelho". A proposta prevê a instalação de bancos vermelhos em espaços públicos com frases que incentivem a reflexão sobre a violência contra a mulher e forneçam contatos de emergência para suporte e denúncia. "É um projeto revolucionário e, em alguns estados, já existe. Esperamos que seja um marco aqui na nossa cidade", disse Dayse.

Explicações sobre a Rodoviária

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) suspendeu ontem o edital de licitação para a concessão da Rodoviária do Plano Piloto à iniciativa privada por 20 anos. A conselheira Aniléia Machado identificou erros no edital publicado pela Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob), incluindo o prazo para a entrega das propostas pelas empresas interessadas. À coluna, o secretário da Semob, Zeno Gonçalves, salientou que a pasta havia pontuado as demandas solicitadas pela conselheira. "Nós apresentamos nossa defesa nesse processo. Esses levantamentos do TCDF haviam sido defendidos e apresentados pela Semob bem antes da abertura da licitação", explicou.



Keyo Magalhães/CB/D.A Press

PSB na Justiça contra o PPCUB

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) ingressará na Justiça contra a aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). O projeto foi aprovado pelos deputados distritais na última semana por 18 votos a favor e 6 contrários. Rodrigo Dias, presidente da sigla no DF, explicou que a sigla aguarda a publicação do texto final para ingressar com uma petição no Judiciário. "O partido terá uma reunião na próxima terça-feira para definir a melhor estratégia judicial. Claramente, entendemos que o PPCUB aprovado não reflete os reais interesses da população e atende mais aos interesses da especulação imobiliária", afirmou Dias.

Xô, xenofobia!

A CLDF aprovou projeto de lei que estabelece diretrizes para a Política Distrital para a População Imigrante. A proposta, de autoria do deputado Fábio Felix (PSol), abrange imigrantes laborais, estudantes, refugiados e apátridas, garantindo-lhes acesso a direitos sociais e serviços públicos. Segundo Felix, entre os objetivos estão o combate à xenofobia, a promoção da igualdade de oportunidades e a garantia de direitos fundamentais. "Entre 2015 e 2020, Brasília recebeu cerca de 17.260 imigrantes. Identificamos a necessidade de uma legislação local para atender essa população, que muitas vezes deixa seus países devido a crises políticas e econômicas", explicou Felix, à coluna.

Cultura digital no DF

Até 1º de julho, estão abertas as inscrições para a ação Redes de Formação em Cultura Digital — Labic Brasil. Serão selecionados 30 projetos do Distrito Federal para participar de encontros presenciais e remotos, imersões, oficinas e mentorias, com foco na construção de redes em cultura digital. A iniciativa é da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Ministério da Cultura (MinC). Os projetos selecionados receberão uma ajuda de custo de R\$ 1 mil e serão apoiados por mentores e especialistas em áreas como combate à desinformação, educação midiática, e uso de tecnologias para o bem comum. A ação visa formar redes que promovam a diversidade, a cidadania e a democracia.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Título para Nikolas Ferreira

Deputados distritais estão se organizando para conceder o título de cidadão honorário de Brasília ao deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) na retomada dos trabalhos do próximo semestre. O projeto, de autoria de seis parlamentares, tramita na Câmara Legislativa (CLDF) desde fevereiro, mas ainda não foi submetido à votação em plenário. Normalmente, os distritais votam propostas de sua própria autoria nas sessões de terça-feira. No entanto, o projeto para conceder o título a Ferreira não foi votado na última sessão do semestre, também realizada em uma terça-feira, devido à prioridade dada à discussão e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Outro motivo é que a proposta também enfrenta resistência da oposição. A eventual aprovação do título ao parlamentar, conhecido por posições polêmicas, tem gerado discussões sobre os critérios e o mérito da homenagem. A expectativa é que o tema provoque um debate acirrado na Casa.



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» ENTREVISTA | ROSA MATOS | DERMATOLOGISTA

Ao *CB.Saúde*, especialista apontou os riscos quando aplicações como a do peeling de fenol são feitas por profissionais não habilitados. A médica também criticou a decisão da Anvisa que proibiu a venda, o uso e a importação do produto

Perigos de procedimentos estéticos

» LUIS FELLYPE RODRIGUES

Os riscos e os benefícios do peeling de fenol — procedimento estético — foram temas debatidos com Rosa Matos, médica da Sociedade Brasileira de Dermatologia, durante o

programa *CB.Saúde* — parceria entre o *Correio* e a *TV Brasília* — de ontem. As jornalistas Carmen Souza e Sibebe Negromonte, a especialista também comentou sobre a proibição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) da venda, uso e importação do fenol.

O que a senhora pode falar sobre o peeling de fenol?

Ele é descrito desde 1960 mostrando o perfil de segurança e eficácia nesse remodelamento de colágeno e tem um grau de rejuvenescimento que, inclusive, é bastante prolongado, em torno de 10 anos. Temos muitos suportes científicos mostrando o grau de evidência e de segurança, isso quando bem indicado, realizado e respeitando todos os cuidados imprescindíveis. O fenol tem uma toxicidade para o coração e a arritmia é o principal evento cardiovascular. Além disso, existe muita dor no procedimento. Por isso, precisa haver esse controle durante a realização e nas primeiras 24 horas, além de todo o acompanhamento após o procedimento.

A Sociedade Brasileira de Dermatologia e o Conselho Federal de Medicina se posicionaram contrários à decisão da Anvisa, proibindo a venda, uso e importação do fenol. Qual a justificativa da categoria?

O peeling de fenol faz parte da prática tanto do dermatologista quanto do cirurgião plástico e isso está estabelecido dentro da nossa residência médica. A prática trata do envelhecimento grave de rugas profundas, cicatrizes de acne etc., e é o melhor remodelador de colágeno. Portanto, faz parte da prática médica quando bem indicado. Proibir o médico de atuar é uma atitude que causou bastante surpresa e estranheza, porque o procedimento invasivo faz parte da

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



nossa prática. Portanto, você está tolhendo a autonomia do médico na escolha da melhor opção terapêutica quando houver a indicação.

O argumento para essa proibição foi a comercialização indiscriminada do produto. Em alguns casos, eram feitos por profissionais não habilitados. Qual seria a solução?

A verdade é que essa ação da Anvisa foi uma demanda do Conselho Federal de Medicina, Conselho Regional de Medicina,



Aponte a câmera do celular e acesse o conteúdo completo

Sociedade Brasileira de Dermatologia e outras entidades médicas, porque, de fato, havia uma necessidade de regulamentação de quem tinha o direito de comprar e fazer o uso disso. Então, é regulamentar aquele indivíduo que, por lei, está habilitado legalmente para usá-lo. Existem procedimentos que só médicos estão habilitados legalmente para realizar. Portanto, a Anvisa tem que restringir essa venda, mas proibir médicos não cabe, neste momento.

Há riscos em procedimentos pouco invasivos, como botox e preenchimentos com ácido hialurônico?

Existem vários riscos. Quando você faz essa aplicação, são usadas luvas, há uma assepsia mínima da região, existe a aplicação de creme anestésico que pode virar anestesia, ou seja, tudo isso tem risco. Para realizar um procedimento minimamente invasivo como a toxina botulínica, precisamos focar nos mínimos detalhes. É necessário um ambiente adequado que não aumente o risco de contaminação. É minimamente invasivo, mas com muito risco. Não pode ser qualquer pessoa que faça essa aplicação.

É muito comum vermos crianças fazendo skincare nas redes sociais. Elas precisam fazer esse tipo de procedimento?

Para nós, isso é criminoso. Uma criança tem a pele rica em colágeno e brilho, ou seja, ela não precisa de nada disso. Ela deve se preocupar em brincar, viver e ser feliz. Esse tipo de intervenção não é adequada para crianças, é puramente comercial. Um grande problema é que

os cosméticos podem antecipar a puberdade, pois os disruptores endócrinos estão contidos nesses produtos e não são indicados para crianças. São várias vertentes que precisamos considerar. Hidratar a pele é uma coisa, mas além disso, não faz parte da rotina de uma criança.

Quais são os cuidados que as pessoas devem ter em relação ao período de seca?

Aqui em Brasília devemos fazer banhos rápidos e mornos, aprendermos que o sabonete líquido é a melhor opção e retirar pouca gordura, que protege a pele. Quando terminarmos o banho, devemos nos hidratar, pois isso não só deixará a pele macia como evitará a perda de água. Para o cabelo, da mesma forma. Precisamos usar shampoos suaves e condicionadores. O hidratante labial também é indispensável. Outra coisa bastante importante para os brasilienses é o protetor solar com fator mínimo 30, pois isso evita complicações futuras, como o câncer de pele.

* Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso